

RESPOSTA AO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO Nº 2024005100006000129
1º RECURSO

Recife, 04 de junho de 2024.

Data da solicitação: 30/05/2024

Solicitação:

A terceira pergunta feita no pedido de acesso à informação não foi respondida: "c) Em caso de resposta negativa à primeira pergunta, qual é o fundamento legal para descumprimento da legislação, com ônus financeiro para o erário municipal?"

Resposta:

Prezada Senhora.

Em resposta ao presente 1º RECURSO ao Pedido de Acesso à Informação, protocolado sob o nº **2024005100006000129**, salientamos que o Projeto Calçada Legal reafirma o conceito urbanístico da nossa cidade, baseado em princípios de acessibilidade, mobilidade e conforto para os pedestres, privilegiando corredores de transporte público, com grande fluxo de pedestres ou aqueles que fazem interligação entre eles, em todas as Regiões Político-Administrativas (RPAs) do município.

Vale ressaltar que o referido Programa não altera nem descumpra a legislação vigente na cidade. A Lei Municipal nº 16.890 de 2003 e o Decreto nº 20.604 de 2004, que a regulamenta, determina no seu Art. 4º que os proprietários ou ocupantes dos imóveis façam a manutenção de suas próprias calçadas. Entretanto, muitos não o fazem, o que obviamente traz imenso prejuízo aos pedestres e o poder público não pode ficar inerte, haja vista que mais de 70% (setenta por cento) da população do Recife se locomove por meio de transporte público e a pé.

Atenciosamente,

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO DA URB RECIFE